

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
MBA EM AUDITORIA INTEGRAL

RODRIGO MANENTE SCOTTI

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO PARA PESSOA FÍSICA NO BRASIL NO PERÍODO
COMPREENDIDO ENTRE OS ANOS DE 2010 A 2013.

CURITIBA - PR
2015

RODRIGO MANENTE SCOTTI

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO PARA PESSOA FÍSICA NO BRASIL NO PERÍODO
COMPREENDIDO ENTRE OS ANOS DE 2010 A 2013.

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná como requisito para obtenção do título de especialista em Auditoria Integral.

Orientador: Prof. Msc Luiz Rogerio Farias

CURITIBA - PR

2015

AGRADECIMENTOS

A Deus, que se faz presente em todos os momentos, por iluminar e demonstrar o melhor caminho ser seguido.

Aos meus pais, meu abrigo seguro, pela educação recebida e incondicional apoio.

A minha esposa Renata e meu filho Thiago pelo carinho, apoio e paciência.

Aos professores e colegas, pela receptividade, parceria e companheirismo demonstrados, agradeço a coordenadora do curso Prof. Dra. Mayla Cristina Costa e ao orientador Prof. Msc Luiz Rogerio Farias pela colaboração.

“Unir-se é um bom começo, manter a união é um progresso e trabalhar em conjunto uma vitória.”

(Henry Ford)

RESUMO

SCOTTI, Rodrigo Manente. **Evolução do crédito para pessoa física no Brasil no período compreendido entre os anos de 2010 a 2013.** A evolução do mercado de crédito é um fator determinante para o desenvolvimento econômico e social, dentro desse contexto a eficiência do setor financeiro, notadamente dos bancos comerciais, contribui de forma significativa para a expansão produtiva. A economia brasileira apresenta baixo índice de crédito em relação ao seu Produto Interno Bruto em comparação a países desenvolvidos e mesmo a seus pares na América Latina. Os bancos públicos foram fundamentais na estratégia anticíclica formulada pelo governo brasileiro para minimizar os efeitos da crise econômica internacional iniciada em 2008 e também a partir de abril de 2012, quando foram acionados para reduzir o spread bancário, nesse período os bancos públicos ampliaram sua participação no mercado de crédito principalmente com recursos direcionados aos setores industrial, habitacional e agrícola. O objetivo do presente trabalho consiste em identificar e analisar o nível de crescimento da carteira de crédito para pessoa física no Brasil no período compreendido entre os anos de 2010 a 2013, para isso houve a necessidade de conhecer a características da intermediação financeira, do sistema financeiro nacional e mercado de crédito. O estudo foi desenvolvido a partir da identificação e análise da evolução do crédito no período pesquisado, ancorada em fontes bibliográficas e pesquisas realizadas pelo autor.

Palavras-chave: Crédito; mercado financeiro; sistema financeiro;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	20
FIGURA 2 – ESTOQUE DE CRÉDITO NO BRASIL EM RELAÇÃO AO PIB.....	37
FIGURA 3 – RELAÇÃO CRÉDITO X PRODUTO INTERNO.....	37
FIGURA 4 – EVOLUÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA DA RELAÇÃO CRÉDITO IMOBILIÁRIO X PIB – 2001 A 2014 (% DO PIB/ANO).....	44
FIGURA 5 – COMPOSIÇÃO DO SALDO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR CONTROLE DE CAPITAL NO BRASIL - 2013.....	47

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DO VOLUME DE CRÉDITO POR PESSOA JURÍDICA E FÍSICA NO BRASIL.....	35
TABELA 2 – SALDO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM RELAÇÃO AO PIB POR PESSOA JURÍDICA E FÍSICA NO BRASIL.....	36
TABELA 3 – SALDO DA CARTEIRA DE CRÉDITO EM RELAÇÃO AO PIB.	38
TABELA 4 – SALDO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM RELAÇÃO AO PIB POR PESSOA JURÍDICA E FÍSICA.	39
TABELA 5 – CRÉDITO CONCEDIDO ÀS PESSOAS FÍSICAS NO BRASIL PERÍODO DE 2011 A 2013.....	40
TABELA 6 – SALDO DAS OPERAÇÕES CRÉDITO DA ECONOMIA BRASILEIRA COM RECURSOS LIVRES – PESSOA FÍSICA – BRASIL.	40
TABELA 7 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%) DAS LINHAS DE CRÉDITO NO TOTAL DE EMPRÉSTIMOS COM RECURSOS LIVRES – PESSOA FÍSICA.	41
TABELA 8 – SALDO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONSIGNADO, TOTAL E POR SEGMENTOS – BRASIL.	42
TABELA 9 – PARTICIPAÇÃO NO CRÉDITO CONSIGNADO TOTAL, POR SEGMENTO – BRASIL.	43
TABELA 10 – CRÉDITO AO SETOR IMOBILIÁRIO EM RELAÇÃO AO PIB.	45
TABELA 11 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO CRÉDITO IMOBILIÁRIO PESSOA FÍSICA E JURÍDICA EM RELAÇÃO AO CRÉDITO IMOBILIÁRIO TOTAL E DIRECIONADO TOTAL.....	45
TABELA 12 – EVOLUÇÃO DO TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL E FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO.....	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	– Banco Central do Brasil
BB	– Banco do Brasil S.A
BC	– Banco Comercial
BI	– Banco de Investimentos
BM	– Banco Múltiplo
BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEF	– Caixa Econômica Federal
CMN	– Conselho Monetário Nacional
CVM	– Comissão de Valores Mobiliários
DIEESE	– Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
IF	– Instituição Financeira
INSS	– Instituto Nacional do Seguro Social
PIB	– Produto Interno Bruto
PF	– Pessoa Física
PJ	– Pessoa Jurídica
PRONAF	– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAMP	– Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
SCFI	– Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento.
SCR	– Sistema de Informações de Crédito ao Banco Central
SELIC	– Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SFN	– Sistema Financeiro Nacional
SPC	– Serviço de Proteção ao Crédito
SUMOC	– Superintendência de Moeda e do Crédito
TJLP	– Taxa de Juros de Longo Prazo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 PROBLEMA DA PESQUISA	10
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo geral	13
1.2.2 Objetivos específicos	13
1.3 JUSTIFICATIVA	13
1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	14
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	16
2.1.1 Mercados Financeiros	18
2.2 SISTEMA FINANCEIRO	19
2.2.1 Sistema Financeiro Nacional	20
2.2.2 Conselho Monetário Nacional (CMN)	22
2.2.3 Banco Central do Brasil (BACEN)	24
2.2.4 Banco do Brasil (BB)	25
2.2.5 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	26
2.2.6 Caixa Econômica Federal (CEF)	27
2.3 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	27
2.3.1 Bancos Comerciais (BC)	27
2.3.2 Bancos Múltiplos (BM)	28
2.3.3 Bancos de Investimentos (BI)	28
2.3.4 Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI)	29
2.4 CRÉDITO	30
2.4.1 Políticas de Crédito	31
2.4.2. Sistema de Informações de Crédito (SCR)	31
2.4.3 Operações de Crédito	32
3. METODOLOGIA	34
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	35
5. CONCLUSÃO	48
6. REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

As instituições financeiras exercem papel relevante no cenário econômico dos países em que atuam e possuem como característica fundamental atuar na intermediação de recursos entre seus agentes.

A eficiência do setor financeiro, notadamente dos bancos comerciais, contribui de forma significativa para expansão produtiva, pois permitem a elevação do incentivo ao processo de investimento e poupança.

De acordo com Assaf Neto (2010, p.259):

Um banco pode ser entendido como uma instituição financeira que executa basicamente duas atividades. A primeira é a promoção do mecanismo de pagamentos dentro da sociedade; e a outra é a de ser um intermediário financeiro que recebe recursos de agentes econômicos superavitários e os transfere dentro do âmbito de seus ativos (empréstimos, aplicações em títulos, etc), aos agentes carentes de liquidez.

A década de 1990 foi um período de grandes transformações no sistema bancário brasileiro, acompanhando a tendência mundial de liberalização em vários mercados, o governo brasileiro iniciou um processo de abertura comercial e financeira. O período foi marcado pela intensificação no processo de aquisições e fusões, tanto por instituições nacionais como por instituições estrangeiras, fatores que contribuíram para concentração bancária no país. (CAMARGO, 2009).

Após o Plano Real, com início da estabilidade econômica e controle dos índices de inflação, houve alteração na dinâmica de atuação dos bancos com incremento no volume operações de crédito e receitas com a prestação de serviços e tarifas bancárias. O período também foi marcado pela entrada no Brasil de novas instituições financeiras estrangeiras, fato que contribuiu para o desenvolvimento do mercado financeiro, reestruturação das suas atividades administrativas e aplicação de tecnologia para realização das transações.

Apesar da relevância do setor bancário no desempenho da economia, o Brasil historicamente apresenta baixo coeficiente crédito/Produto Interno Bruto em relação a economias desenvolvidas e até mesmo quando comparado a seus pares na América Latina.

Diante do cenário apresentado, a pesquisa abrange análise da evolução da carteira de crédito para pessoa física no sistema bancário brasileiro no período de 2010 a 2013.

No estudo serão abordadas as características da intermediação financeira, a formatação e organização do Sistema Financeiro Nacional, seus componentes e as funções de seus principais órgãos reguladores e operadores, posteriormente constam os conceitos de instituição financeira, mercado de crédito e crédito.

A apresentação da evolução no volume de operações será realizada com a utilização de figuras e tabelas visando facilitar o entendimento e visualização das informações e também serão apresentadas as observações referentes aos indicadores apresentados considerando o cenário econômico do período.

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

O segmento bancário está vez cada vez mais concentrado e reduzido a um pequeno grupo de conglomerados financeiros. Atualmente os grandes bancos brasileiros apresentam posição de destaque no cenário mundial em virtude da crescente elevação dos seus índices de eficiência e lucros apresentados, mesmo diante do recente cenário econômico nacional e internacional.

Em relação aos seus pares na América Latina, o Brasil possui a particularidade da existência de dois grandes bancos públicos federais, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, que figuram entre as maiores instituições financeiras do país e atuam na execução das políticas governamentais e exercem função importante na bancarização da população. Os bancos públicos foram essenciais na estratégia governamental para minimizar os efeitos da crise econômica internacional iniciada em 2008 e também a partir de abril de 2012, quando foram acionados pelo governo para reduzir o spread bancário (DIEESE, 2014).

Referente a estratégia governamental para combate a crise econômica internacional, Mora (2014, p.319), descreve que:

A crise financeira internacional de 2008 levou à retração da liquidez e, conseqüentemente, à contração da oferta de crédito pelos bancos privados. Nesse contexto, a estratégia do governo para lidar com a crise contemplou o uso dos bancos públicos para sustentar a oferta de crédito com recursos livres, além do uso intensivo de recursos direcionados. Este processo

contribuiu para a recuperação da economia brasileiro no período imediatamente pós crise.

As operações de crédito nas suas diversas modalidades, tanto as realizadas para financiar os investimentos das empresas ou mesmo o consumo das famílias, são de suma importância para economia dos países, pois impulsionam a geração de negócios. Segundo Flesch (2009, p.10).

Mercados de crédito profundos e eficientes, com a existência de bancos sólidos que fornecem crédito de maneira estável, ao financiar o consumo e o investimento, contribuem para o desenvolvimento econômico e social do país. Nos últimos anos ocorreu no Brasil um expressivo aumento no volume de transações comerciais realizadas com recursos de terceiros, oriundos na maior parte de instituições financeiras, sejam elas bancos públicos, privados ou financeiras.

Segundo pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos – DIEESE (2014), a economia brasileira apresenta em comparação a países desenvolvidos, baixo índice de crédito em relação ao Produto Interno Bruto. A partir de 2003, houve expressiva elevação no volume de crédito concedido pelas instituições financeiras em atividade país. Em dezembro de 2002, o coeficiente da relação crédito/PIB era de 23,8%, evoluiu para 55,8% em fevereiro de 2014, referido crescimento foi acompanhado pelo bom desempenho da economia, pela redução das taxas de juros, condições positivas de emprego e renda e ampliação dos prazos de amortização.

A evolução do volume de crédito no Brasil no período de 2003 a 2013 pode ser dividida em etapas, segundo Mora (2014, p.309):

O crescimento do crédito no Brasil entre 2003 e 2012 pode ser desmembrado em três períodos distintos e bem delineados: de 2003-2004 a 2008; de 2009 a 2010; e de 2011 a 2012. Inicialmente, a expansão do crédito deu-se via recursos livres, capitaneada pelo crédito à pessoa física e, em um segundo momento, impulsionada pelo crédito concedido à pessoa jurídica. Os bancos privados desempenharam um papel essencial neste processo

Conforme pesquisa do DIEESE (2014), entre as razões para explicar a condição de sistema financeiro sólido *versus* baixo índice na relação crédito/ PIB - é que, no Brasil, em virtude das características do seu desenvolvimento econômico e da elevada taxa básica de juros, as instituições financeiras em vez de financiar as

atividades produtivas preferem aplicar suas disponibilidades e recursos no financiamento da dívida pública.

As alterações na taxa básica de juros, popularmente denominada taxa Selic, promovidas pelo Banco Central do Brasil, servem como referência para economia brasileira visto que o indicador baliza os empréstimos interbancários e a remuneração dos títulos públicos federais aos investidores.

As alterações na taxa básica de juros interferem na dinâmica econômica do país, Dessa perspectiva estudo do Dieese (2014, p.6) afirma que:

Do ponto de vista da maioria dos segmentos econômicos e da sociedade a redução da taxa Selic é de extrema importância, pois aumenta a atratividade dos investimentos produtivos e libera recursos públicos antes destinados ao pagamento do serviço da dívida para outros setores da economia nacional. Com isso reduz-se a transferência de recursos da sociedade para os detentores de riqueza financeira.

Ao longo dos últimos anos, os segmentos de financiamento de veículos, crédito imobiliário, cartão de crédito e crédito consignado para servidores públicos, são as modalidades que apresentaram maior crescimento no volume de crédito para pessoa física. Apesar da concentração no setor bancário brasileiro, o segmento apresenta concorrência acirrada nas modalidades com menor risco e elevado *spread*, de acordo com Camargo (2009, p.108):

No Brasil, as instituições com controle estrangeiro buscam ampliar as operações de crédito, com destaque para o varejo, principalmente em operações com maiores garantias ou maiores retornos. Essa estratégia, entretanto, se diferencia daquela adotada em seus países de origem, em que o crescimento do crédito não é tão acentuado nem tão direcionado para o varejo. Além disso, nesses países, os principais componentes da carteira de crédito de Pessoas Físicas são as hipotecas residenciais, modalidade pouco desenvolvida no Brasil. A expectativa dos grupos estrangeiros com relação ao Brasil e outros países em desenvolvimento é otimista, pois eles consideram que esses países estão crescendo acima da média dos países desenvolvidos e ainda possuem baixo nível de bancarização.

Diante da situação posta, a questão de pesquisa orientativa do presente trabalho é a seguinte: Quais são os fatores que contribuíram para evolução do crédito para pessoa física no Brasil no período compreendido entre os anos de 2010 a 2013?

1.2 OBJETIVOS

Nesta seção estão abordados os objetivos gerais e específicos relacionados à pesquisa realizada.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar as condições e o nível de crescimento da carteira de crédito para pessoa física no Brasil no período compreendido entre os anos de 2010 e 2013.

1.2.2 Objetivos específicos

Com a finalidade de atender ao objetivo geral, o mesmo foi desmembrado nos seguintes objetivos específicos:

- Descrever a evolução e as características do Sistema Financeiro Nacional;
- Contextualizar os fatores que influenciaram na expansão da oferta de crédito no período;
- Identificar a evolução do saldo das operações de crédito em relação ao Produto Interno Bruto;

1.3 JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento econômico possui forte relação com ampliação da oferta de crédito na economia, visto que o crédito é essencial para o financiamento do consumo e fomento dos setores produtivos. O período de elevada inflação sofrida pelo Brasil inibiu a expansão e desenvolvimento do mercado de crédito no país, devido a taxas internas de juros substancialmente altas os grandes bancos comerciais preferiram financiar a dívida interna do país, sobretudo devido a percepção de maior liquidez e menor risco de crédito (DIEESE, 2014).

A partir do ano de 2003, o mercado de crédito apresentou expressivo crescimento em função da retomada do emprego e renda, melhora dos índices

econômicos, retomada do crédito consignado em folha de pagamento e aplicação de recursos em investimentos produtivos. A partir de 2008, com a crise financeira mundial, os bancos públicos ampliaram sua participação no mercado de crédito, notadamente na concessão de financiamentos para os setores agrícola, habitacional e industrial e foram fundamentais na estratégia anticíclica estabelecida pelo governo federal para minimizar o efeito da crise econômica internacional (DIEESE 2014).

Os fatos mencionados nas seções precedentes demonstram a relevância e importância do tema, entre os objetivos do presente trabalho está o mapeamento e análise das condições que possibilitaram a evolução na contratação de operações de crédito para pessoa física com detalhamento do volume e das modalidades contratadas. O estudo além de ser uma oportunidade de aperfeiçoamento também torna-se viável em virtude da existência de informações e disponibilidade de literatura atualizada, fatores indispensáveis para realização da presente pesquisa. A execução do trabalho também pode ser justificada pelo interesse de seu realizador, especialmente em relação ao tema abordado, pois atua profissionalmente no mercado financeiro.

A oportunidade de realizar o presente trabalho também foi apoiada na ausência de outros semelhantes ou equivalentes que analisem as mesmas informações considerando o mesmo período de tempo (anos de 2010, 2011, 2012 e 2013), de maneira que possibilita o desenvolvimento e difusão de novos conhecimentos à sociedade.

1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo será realizado com informações que demonstram a evolução do crédito para pessoas físicas no Brasil entre os anos 2010 a 2013 de acordo com relatórios, artigos, livros e outras fontes bibliográficas.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho apresenta como primeiro item a introdução, o problema, objetivos e justificativa. No segundo item a fundamentação teórica, e no terceiro item a metodologia, e finaliza com análise de dados e as conclusões e considerações finais.

Primeiramente, foram abordados os aspectos referentes ao problema da pesquisa que originou a elaboração do trabalho, também foram indicados os objetivos que pretendem ser atingidos com a execução do mesmo. Há também a justificativa ressaltando a relevância e importância do estudo sobre do crédito para pessoa física no Brasil.

Na sequência, consta a fundamentação teórica utilizada para embasar o assunto em estudo, com a finalidade de conhecer o mercado financeiro, as características e composição do Sistema Financeiro Nacional, as instituições financeiras e os conceitos referentes ao processo de crédito conforme os principais autores descrevem.

Posteriormente é indicada a metodologia aplicada, descrevendo as características no que concerne à tipologia e classificação da pesquisa.

No próximo item está apresentada a análise de dados referentes ao assunto da pesquisa, posteriormente, na parte final deste trabalho concentram-se as considerações finais que buscam atingir os objetivos indicados e as obras referenciais que serviram para embasamento e consultas durante a sua elaboração.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Nas economias modernas os intermediários financeiros atuam como intervenientes no fluxo de recursos entre poupadores e investidores, a sua presença no processo possibilita maior número de alternativas e vantagens para as partes envolvidas tais como: mitigação de riscos, garantias, liquidez e segurança nas transações.

Os poupadores são indivíduos que possuem recursos excedentes e são denominados agentes superavitários ou mesmo investidores e como característica fundamental possuem capacidade de renda superior a do seu consumo. Segundo Lima (2006), de acordo com as suas características, os agentes econômicos podem ser categorizados em dois grupos;

Unidades econômicas superavitárias ou poupadores: aqueles que apresentam desejo de investir inferior à capacidade de poupança, ou seja, possuem recursos em excesso;

Unidades econômicas deficitárias ou tomadores: aqueles que apresentam desejo de investir superior a capacidade de poupança, ou seja, necessitam de recursos (LIMA, 2006, p.43).

A existência de intermediários financeiros que atuam no fluxo de recursos entre os agentes econômicos deficitários e superavitários pode ser diretamente relacionada com o estágio de evolução de determinada economia. Diante disso, Santos (1999, p.23) cita que,

Numa economia primitiva, os agentes econômicos que têm renda que supera seu consumo e investimento – os poupadores - entram em contato diretamente com aqueles outros que se encontram na situação inversa – os investidores.

De acordo com Lima (2006), definitivamente, a participação dos intermediários financeiros também contribui para a expansão do mercado, pois agregam os recursos de diversos poupadores permitindo disponibilizar no mercado um volume superior de recursos aos investidores e tomadores. Os intermediários financeiros possuem relevante atuação na economia, pois podem captar recursos e

direciona-los às atividades produtivas contribuindo para o desenvolvimento e ampliação do mercado local. Nesse sentido, Silva (2000, p.66) afirma que:

A função do intermediário financeiro é de atuar como receptor de recursos, com o objetivo de canalizá-lo para fontes produtivas. Numa sociedade em que os recursos são escassos, se determinado indivíduo guardar sua poupança 'no colchão', esse dinheiro parado não está gerando os benefícios que poderiam propiciar à sociedade se estivesse sendo canalizado para expansão dos meios de produção, onde poderia criar novos empregos, gerar impostos e trazer uma série de benefícios sociais, além de contribuir na produção de bens e serviços para satisfação das necessidades humanas.

Com base no exposto, pode ser visto que a função primordial do intermediário financeiro é a transferência de recursos dos poupadores para os tomadores que necessitam de recursos para satisfazerem suas necessidades.

Nesse sentido Lima (2006), afirma que investimento e poupança são elementos fundamentais de todo o sistema financeiro, sendo que o termo poupança pode ser definido como a parte da renda não consumida, por outro lado, o processo de utilização de recursos que visam à elevação da capacidade produtiva representa um ato de investimento. Durante o decorrer do tempo, em alguma ocasião os agentes econômicos podem deparam-se com situações na qual é necessária a tomada de decisão com base no processo poupança-investimento, Hillbrecht (1999, p.15) ilustra esta situação:

Em certas circunstâncias, devemos poupar parte de nossa renda para poder gastar no futuro, seja na compra de um carro novo, seja para garantir a educação de nossos filhos. Em outras circunstâncias, devemos gastar mais do que nossa renda corrente e tomar dinheiro emprestado, seja para adquirir a casa própria, seja para realizar a festa de casamento de uma filha.

A dinâmica na tomada de decisão entre gastar ou poupar os recursos, é essencial para o atingimento dos objetivos e desejos tanto no âmbito do planejamento familiar como na análise de projetos das grandes organizações.

2.1.1 Mercados Financeiros

Os mercados financeiros surgem como alternativa para concretização do fluxo de recursos entre investidores (agentes superavitários) e poupadores (agentes deficitários), contudo, Hillbrecht (1999) ressalta que os mercados financeiros, como o mercado de títulos ou de ações, representam uma forma de transferência dos saldos excedentes dos poupadores para os tomadores de empréstimos. O desenvolvimento do mercado financeiro permite a elevação das taxas de poupança e investimento, sendo considerado um elemento dinâmico e fundamental no processo de crescimento econômico.

Os mercados financeiros podem ser classificados de acordo com a sua estrutura, Hillbrecht (1999, p.20) descreve a divisão do mercado financeiro da seguinte forma;

- i. Mercado Monetário. Nesse mercado são transacionados apenas instrumentos financeiros de curto e curtíssimo prazo. Nele são financiadas as necessidades imediatas de caixa dos bancos comerciais e mesmo do governo (Tesouro Nacional). Nele ocorrem as operações de mercado aberto conduzidas pelo Banco Central com o sistema financeiro
- ii. Mercado de Crédito. Esse mercado atende a necessidade de curto e médio prazo, como, por exemplo, financiamento de bens duráveis para os consumidores e capital de giro para as empresas. Nele atuam basicamente os intermediários financeiros bancários.
- iii. Mercado de Capitais. Nesse mercado são realizadas operações de médio e longo prazo para o financiamento de capital fixo das firmas. Nele operam basicamente intermediários financeiros não bancários e as operações são realizadas na Bolsa de Valores.
- iv. Mercado Cambial. Nesse mercado são realizadas operações de compra e venda de moeda estrangeira (divisas). Essas operações são intermediadas por instituições financeiras bancárias e não bancárias autorizadas pelo Banco Central.

O mercado financeiro é um complexo de trocas de moedas, papéis e títulos onde se busca a melhor liquidez e retorno. Para Fortuna (2006), as transações no mercado financeiro podem ser classificadas de acordo com seu prazo de amortização e vencimento, sendo denominadas de curto prazo as operações com até seis meses de vencimento, de médio prazo, de seis meses a dez anos e de longo prazo aquelas com vencimento superior a 10 anos.

As instituições financeiras possuem papel relevante no mercado de crédito

e através delas são transacionados grandes volumes de recursos com operações de variadas modalidades e características.

2.2 SISTEMA FINANCEIRO

Nas economias modernas o fluxo de recursos entre os agentes econômicos são processados no mercado financeiro, para dinamizar e organizar a movimentação de valores foram estabelecidas instituições e ferramentas que integradas formam a base sistema financeiro. De acordo com Fortuna (2005, p.16), o sistema financeiro pode ser entendido do seguinte modo:

Uma conceituação bastante abrangente de sistema financeiro poderia ser de um conjunto de instituições que se dedica, de alguma forma, ao trabalho de propiciar condições satisfatórias para a manutenção de um fluxo de recursos entre poupadores e investidores.

A configuração e forma de atuação dos integrantes do sistema financeiro de uma economia podem afetar diretamente os resultados e indicadores econômicos de determinado país. De acordo com Hillbrecht (1999), a transferência de recursos entre poupadores e investidores amplifica a possibilidade de produção de bens e serviços e possibilita que os agentes antecipem ou posterguem o consumo de acordo com seus interesses, sendo que a intermediação financeira através do sistema financeiro é a mais importante fonte de recursos das empresas. A eficiência do setor financeiro contribui de forma decisiva para expansão produtiva, pois permite a elevação do incentivo ao processo de investimento e poupança.

O sistema financeiro pode ser caracterizado como uma rede de mercados e instituições que possibilitam a intermediação financeira com o uso de instrumentos financeiros, que são os ativos dos agentes superavitários e os passivos dos agentes deficitários. Os agentes superavitários (poupadores) ao investirem seus recursos buscam obter retorno aliado à garantia de resgate integral do capital alocado. A disponibilização de serviços financeiros através do sistema financeiro permite a redução dos custos de transação para os agentes econômicos e possibilita o compartilhamento de risco, liquidez e informações. (HILLBRECHT, 1999).

2.2.1 Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é o conjunto de instituições e ferramentas que possibilitam os investimentos dos recursos em âmbito nacional, sua estrutura passou por diversas mudanças e transformações. Diante do quadro apresentado Teixeira (2000, p. 26) destaca que:

As primeiras instituições financeiras surgidas no Brasil, ainda no século XIX, foram os bancos comerciais (casas bancárias), os quais atendiam, fundamentalmente, as atividades mercantis urbanas, dadas as características estruturais da economia brasileira da época, [...] até meados do século XX, o Sistema Financeiro Brasileiro manteve uma estrutura basicamente simples pois resumia-se a um sistema bancário comercial.

As transformações na estrutura e configuração do sistema financeiro nacional foram originadas principalmente pela necessidade de acompanhar o desenvolvimento e alterações na conjuntura econômica, alinhadas ao cenário externo, sobretudo em virtude do crescimento do processo de internacionalização do capital.



FIGURA 1 – ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.

FONTE: WILKER, Bráulio. **Sistema Financeiro Nacional**. Postado em: 2011. Disponível em: < <http://www.bwsconsultoria.com/>>. Acesso em: 28/11/2015

O início da atividade bancária no Brasil está relacionada com chegada da Corte Portuguesa, que serviu com ponto de partida para surgimento do Banco do Brasil no ano de 1808,

O Banco do Brasil foi a primeira instituição de crédito do país, a sua criação fundamentou a estruturação do sistema financeiro nacional. Devido à ausência de uma instituição específica para coordenação e acompanhamento do sistema financeiro, as autoridades governamentais repassaram ao Banco do Brasil o papel de coordenação e fiscalização do setor. De acordo com Teixeira (2000), notadamente a partir da década de 20, o Banco do Brasil apresentava-se como uma alternativa para manutenção do funcionamento adequado do sistema bancário. No início da década de 40 houve no Brasil uma grande expansão bancária, estimulada principalmente pela expansão da industrialização no país, este processo aliado aos compromissos assumidos pelo governo na reunião de Bretton Woods em 1944, evidenciaram a necessidade da criação de uma instituição específica que exercesse principalmente uma função reguladora do sistema financeiro. Em 1945 foi instituída a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que juntamente com o Banco do Brasil passaram a exercer conjuntamente a função de banco central.

Com a evolução da economia brasileira, houve a necessidade de aprimorar os mecanismos de controle, dessa perspectiva Marinho (1996, p.172), explica que:

Diante da necessidade de maior controle das instituições financeiras, o Governo Federal criou a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), surgida do decreto nº 293 de 20.02.1945, objetivando exercer o controle monetário e organizar a criação do futuro Banco Central. A SUMOC, subordinada ao Ministério da Fazenda, funcionava como um órgão consultivo, não possuindo estrutura de controle monetário satisfatório, sendo muito limitado seu poder de decisão. As principais operações do Tesouro Nacional eram realizadas pelo Banco do Brasil S.A.

O período compreendido entre os anos 1964 a 1967 foi marcado pela execução de reformas em diversas áreas (fiscal, controle de preços, bancária, mercado de capitais, entre outras), ocasionando um reordenamento institucional. A reforma financeira objetivou principalmente o estabelecimento de controle sobre as instituições financeiras e o surgimento de novas formas de financiamento aos setores público e privado (TEIXEIRA, 2000).

A formulação da Lei nº 4595 de 1946, representa um marco para o sistema financeiro brasileiro, de acordo com Marinho (1996, p.189),

A Lei nº 4595, de 31.12.1946, estruturou o atual Sistema Financeiro, delimitando áreas de atuação das instituições componentes do Sistema Financeiro, limitando-o quanto à captação e aplicação de recursos específicos de modo que umas não interfiram nas operações da outra.

Dentre as modificações Teixeira (2000, p. 34), expõe que:

Das mudanças institucionais mais importantes, surgidas pelo conjunto de novas medidas, destacam-se: a transformação do Conselho da SUMOC no Conselho Monetário Nacional; a transformação da própria SUMOC no Banco Central do Brasil e ainda a criação de novas instituições e instrumentos financeiros.

Inicialmente o Banco Central do Brasil que fora criado com a função de agente executivo do sistema financeiro, não apresentou todas as características típicas de Bancos Centrais, visto que o Banco do Brasil efetuava o recolhimento das reservas voluntárias das instituições financeiras e recebia suprimentos automáticos de recursos do Banco Central. Na década de 80, a extinção da conta movimento e o término dos repasses automático de recursos ao Banco do Brasil contribuíram para que o Banco Central pudesse atuar como um Banco Central tradicional (TEIXEIRA, 2000).

Atualmente o sistema financeiro brasileiro desponta como referência para as demais nações, Teixeira (2000, p.26) afirma que:

O sistema financeiro do Brasil é hoje relativamente sofisticado se comparando ao de outros países capitalista em vias de desenvolvimento. A organização do sistema é fruto de sucessivas transformações, de modo geral requeridas pelo processo de crescimento econômico em suas várias fases ou etapas.

2.2.2 Conselho Monetário Nacional (CMN)

O Conselho Monetário Nacional é o órgão superior do sistema financeiro nacional, foi criado pela Lei nº 4.595, de 31-12-1964. O CMN segundo Fortuna (2005, p.25),

Trata-se da instituição maior do sistema financeiro, responsável por expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas nas IF, coordenar as políticas monetárias, de crédito, orçamentária e fiscal, a dívida pública interna e externa. O CMN determina também a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e decide sobre créditos direcionados, equalização de taxas de juros em programas de crédito incentivado e programas de auxílio à safra agrícola via SFN, naturalmente em sintonia com as previsões orçamentárias da União.

Com a reforma bancária realizada na década de 60 o Conselho da SUMOC (composto pelo Ministro da fazenda, pelo presidente do Banco do Brasil e por outros membros do governo), foi transformado no Conselho Monetário Nacional, com a finalidade de estabelecer diretrizes para as políticas cambial, creditícia e monetária no Brasil. Para Santos (1999, p.25), a política de atuação do CMN tem por objetivo:

- Adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento;
- Regular o valor interno da moeda, para tanto prevenindo ou corrigindo os surtos inflacionários ou deflacionários de origem interna ou externas, as depressões econômicas e outros desequilíbrios oriundos de fenômenos conjunturais;
- Orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras públicas e privadas, tendo em vista propiciar, nas diferentes regiões do país, condições favoráveis ao desenvolvimento harmônico da economia nacional;
- Propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, com vistas à maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos;
- Zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras
- Coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa.

Através de suas atribuições podemos verificar seu caráter deliberativo, conforme Santos (1999, p.25) compete ao CMN:

- Autorizar as emissões de papel moeda;
- Aprovar o orçamento monetário;
- Determinar as características gerais das cédulas e das moedas;
- Disciplinar o crédito em todas as suas modalidades;
- Regular a constituição, o bom funcionamento e fiscalização das instituições; financeiras, bem como a aplicação de penalidades;
- Determinar a percentagem máxima dos recursos que as instituições financeiras poderão emprestar a um mesmo cliente ou grupo de empresas
- Estipular índices e outras condições técnicas sobre encaixes, imobilizações e outras relações patrimoniais, a serem observadas pelas instituições financeiras;
- Expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observados pelas instituições financeiras
- Delimitar o capital mínimo das instituições financeiras
- fixar os níveis dos recolhimentos compulsórios

- Regularizar, fixando limites, prazos e outras condições, as operações de redesconto;
- Definir a política a ser observada na organização e no funcionamento do mercado de valores mobiliários, regulando a utilização do crédito nesse mercado;
- Fixar a orientação geral que a CVM deverá observar, no exercício de suas funções;
- Definir as atividades da CVM que devem ser exercidas em coordenação com o BCB.

Na composição do Conselho Monetário Nacional sempre existiu a participação de representantes do governo. De acordo com Marinho (1996), o Conselho é composto por três representantes, pelo Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento e o Presidente do Banco Central. Antes da introdução do plano Real, cerca de 20 representantes participavam do Conselho, além dos membros do governo havia a participação de representantes de instituições financeiras e associações de classe.

2.2.3 Banco Central do Brasil (BACEN)

Na reforma bancária realizada na década 60 houve, entre outras ações, o surgimento do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, criando uma nova estrutura do sistema financeiro nacional. Segundo Marinho (1996) o Banco Central do Brasil teve como origem a SUMOC, que fora transformada numa Autarquia Federal sendo inicialmente denominada Banco Central da República do Brasil, em 1967 foi alterada sua denominação para Banco Central do Brasil. Entre as atribuições da autarquia estava a execução da Política Monetária do país e a reformulação do Sistema Financeiro. O Banco Central tornou-se o principal responsável pela execução das decisões tomadas no âmbito do Conselho Monetário Nacional, além de ser o órgão central na fiscalização e regulamentação sobre as instituições financeiras.

O Banco Central do Brasil por ser um órgão executivo, atua diretamente junto às instituições componentes do sistema financeiro, Hillbrecht (1999, p. 29) afirma que seus objetivos explícitos são:

- (i) zelar pela adequada liquidez da economia, (ii) manter as reservas do país em nível adequado, (iii) estimular a formação de poupança em níveis adequados às necessidades de investimento do país (iv)

zelar pela estabilidade e promover o aperfeiçoamento do Sistema Financeiro Nacional. Suas principais funções são: (i) formulação, execução e acompanhamento da política monetária, (ii) controle das operações de crédito em todas as suas formas, (iii) formulação, execução e acompanhamento da política cambial e de relações financeiras com o exterior, (iv) organização, disciplinamento e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional e ordenamento do mercado financeiro e (v) emissão de papel-moeda e de moeda metálica e execução dos serviços do meio circulante.

2.2.4 Banco do Brasil (BB)

O Banco do Brasil foi o primeiro banco oficial do país, criado em 1808 assumiu por muitos anos o título de maior instituição financeira da América Latina. Para Fernandes (2006 o banco encontra-se constituído sob a forma de sociedade de economia mista, atuando na forma de banco múltiplo e tendo a União como sendo seu principal acionista e controlador.

A instituição possui funções diferenciadas de outros bancos comerciais, pois atua como principal responsável na prestação de serviços bancários ao governo de acordo com Fortuna (2005, p.25), algumas de suas atribuições específicas são:

- Administrar a Câmara de Compensação de cheques e outros papéis;
- Efetuar os pagamentos e suprimentos necessários à execução do Orçamento Geral da União;
- A aquisição e o financiamento dos estoques de produção exportável;
- Agenciamento dos pagamentos e recebimentos fora do País;
- A operação dos fundos de investimento setorial como Pesca e Reflorestamento;
- A captação de depósitos de poupança direcionados ao crédito rural e a operação do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO;
- A execução da política de preços mínimos dos produtos agropastoris;
- A execução do serviço da dívida pública consolidada;
- A realização por conta própria, de operações de compra e venda de moeda estrangeira e, por conta do BC, nas condições estabelecidas pelo CMN;
- O recebimento, a crédito do Tesouro Nacional, das importâncias provenientes da arrecadação de tributos ou rendas federais; e,
- Como principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias, receber em depósito, com exclusividade, as disponibilidades de quaisquer entidades federais, compreendendo as repartições de todos os ministérios civis e militares, instituições de previdência e outras autarquias, comissões, departamentos, entidades em regime especial de administração e quaisquer pessoas físicas ou jurídicas responsáveis por adiantamentos.

2.2.5 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Segundo Filho (2005), no início da década de 50, o governo brasileiro instituiu comissões mistas junto ao governo dos Estados Unidos da América (Missão Abink e Comissão mista Brasil Estados Unidos), com intuito de captar recursos para financiamento de seus projetos de desenvolvimento, a comissão mista tinha como objetivo principal a instalação de novas indústrias com foco nos setores de transporte e energia. Para a gestão dos recursos foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE.

Para Teixeira (2000) o Governo federal criou em 1952 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com intuito de suprir o mercado financeiro com recursos de médio e longo prazo, inicialmente a atuação do banco teve ênfase na concessão de financiamentos para projetos relacionados à infraestrutura, sobretudo aos relacionados aos setores de transporte e energia, setores priorizados pelo Governo da época.

No ano de 1971, foi alterada sua razão social de autarquia para empresa pública federal, na década de 80 foi modificada sua denominação para BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. De acordo com BNDES (2008, p.1), o banco pode ser descrito como:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ex-autarquia federal criada pela Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, foi enquadrado como uma empresa pública federal, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, pela Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971. O BNDES é um órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e tem como objetivo apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do país. Desta ação resultam a melhoria da competitividade da economia brasileira e a elevação da qualidade de vida da sua população.

Para Ortolani (2000), para poderem realizar operações de empréstimo e financiamento as instituições financeiras necessitam de recursos, desta forma precisam captar no mercado recursos para servirem de lastro de suas operações de crédito. De modo geral os bancos não trabalham com captação de longo prazo, sendo que devem buscar recursos em outras fontes, como por exemplo, o BNDES.

2.2.6 Caixa Econômica Federal (CEF)

Fundada em 1861, a Caixa Econômica Federal é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério da Fazenda, foi instituída com foco na captação de recursos através de depósitos em poupança e na concessão de empréstimos. De acordo com Fernandes (2006), a CEF além de atuar de forma semelhante às outras instituições do sistema bancário, é responsável pela administração do sistema de loterias, do Sistema Financeiro Habitacional e pela operação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ainda atua com exclusividade o crédito pessoal no modo de penhor civil.

Atualmente a Caixa Econômica Federal é a única caixa econômica em funcionamento no Brasil, de acordo com Santos (1999, p.88),

A Caixa Econômica Federal é a última remanescente das caixas econômicas – instituições financeiras constituídas sob a forma de autarquia, com a finalidade de estimular a poupança popular, aplicando os depósitos recebidos e demais recursos em operações de crédito que visam a promoção social e ao bem estar da população.

2.3 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

As instituições financeiras operam no mercado financeiro tendo como principais atividades a atuação no processo de captação, aplicação e intermediação de recursos financeiros, além da disponibilização de diversos produtos e serviços. Segundo Fernandes (2006), a concessão de empréstimos, a guarda e aplicação de recursos estão entre as atividades primárias das instituições financeiras, desta forma possibilitando a aproximação entre a demanda (consumidores e investidores) e a oferta (depositantes e banqueiros).

A classificação das instituições financeiras pode ser realizada de acordo com os tipos de operações a que estão autorizadas a realizar e a natureza de suas obrigações.

2.3.1 Bancos Comerciais (BC)

Os bancos comerciais têm como finalidade característica o recebimento de depósitos a vista, sendo que a captação de recursos e a concessão de crédito são

suas atividades mais comuns, segundo Hillbrecht (1999, p.25),

Como operações ativas, eles aplicam recursos próprios e de terceiros descontando títulos, repassando a seus clientes recursos captados junto a instituições oficiais e recursos externos, realizando operações de crédito rural, de câmbio e operações de abertura de crédito simples ou em conta corrente. Como operações passivas, eles captam recursos via depósitos a vista, depósitos a prazo, operações de câmbio etc.

De acordo com Fernandes (2006), os bancos comerciais normalmente atuam nos demais segmentos do setor constituindo outra instituição financeira distinta, no final do ano de 2003 operavam no Brasil apenas 14 bancos comerciais e 9 filiais de bancos estrangeiros, por outro lado haviam 140 bancos múltiplos.

2.3.2 Bancos Múltiplos (BM)

A partir do ano de 1988, praticamente todos os bancos comerciais transformaram em bancos múltiplos, essa mudança teve que ser realizada observando as condicionantes para sua constituição, diante disso Hillbrecht (1999, p.24) destaca que:

Os bancos múltiplos foram criados em 1988, com o objetivo de permitir que uma única instituição financeira possa operar como banco comercial, banco de investimento, banco de desenvolvimento, sociedade de crédito, financiamento e investimento e sociedade de crédito. Um banco múltiplo deve possuir em sua carteira de dois a quatro dos segmentos citados, e ainda deve obrigatoriamente operar com banco de investimento e/ou comercial.

Para Fernandes (2006), o surgimento dos bancos múltiplos permitiu a unificação de caixa e demonstrativos financeiros das instituições, desta forma concedendo maior flexibilidade na aplicação e captação de recursos.

2.3.3 Bancos de Investimentos (BI)

Os bancos de investimentos visam à concessão de crédito de médio e longo prazo, além de atuar no mercado de capitais. A definição de banco de investimento conforme Hillbrecht (1999, p.25),

São instituições financeiras privadas, especializadas em operações financeiras de médio e longo prazo, que se destinam a financiar capital de giro e capital fixo de empresas. Suas principais operações passivas são depósitos a prazo fixo, captação de recursos de origem externa e venda de cotas de fundos de investimento por eles administrados. Suas principais operações ativas são financiamento de capital fixo e capital de giro (prazo mínimo de um ano de financiamento para ambos), repasses de recursos de instituições financeiras e de empréstimos externos, aquisição de ações, obrigações ou quaisquer outros títulos e valores mobiliários para investimento ou revenda no mercado de capitais.

A atuação destas instituições contribui para o desenvolvimento e fortalecimento do setor empresarial, inclusive criando novos produtos visando atender nichos de mercado ou mesmo com a finalidade de diversificar sua carteira, os bancos de investimento devem ser constituídos na forma de sociedade anônima. Nesse sentido, Fernandes (2006) ressalta que determinados bancos de investimento atuam como sócios de empreendimentos específicos na forma de *private equity*, obtendo seu retorno através de retiradas do fluxo de caixa ou repasse de cotas.

2.3.4 Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI)

As Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, apresentam-se como uma alternativa de crédito para operações de vendas a prazo, especialmente na atividade varejista. Disso discorre Teixeira (2000), que na segunda metade da década de 50 com o impulso das indústrias de bens de consumo duráveis, surgiu no mercado a formação de intermediação indireta através de financeiras, mesmo sem uma regulamentação adequada para amparar seu funcionamento. A primeira normatização das sociedades de crédito, financiamento e investimento, foi instituída pela Portaria do Ministério da Fazenda 309, de 30 de novembro de 1959.

No entanto, Hillbrecht (1999, p. 16), afirma que as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento podem ser definidas da seguinte forma;

São instituições financeiras cujo objetivo é financiar a aquisição de bens e serviços aos consumidores por meio de crédito pessoal, bem como financiar o capital de giro de empresas. Não sendo instituições depositárias, sua captação de recursos dá-se pro meio de colocação de letras de câmbio.

Em virtude de suas características estas instituições geralmente atuam em segmentos específicos com flexibilidade e especialização de suas atividades, Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento são popularmente conhecidas

como “financeiras”.

2.4 CRÉDITO

A definição do significado da palavra crédito depende da finalidade para o qual se deseja aplicar, de modo genérico o significado de crédito tem origem da palavra latina *credere* que significa confiar, sendo uma maneira de obter recursos para suprir algum desejo ou necessidade. De acordo com Silva (2000, p. 22), na literatura relacionada a finanças;

O vocábulo crédito define um instrumento de política de negócios a ser utilizado por uma empresa comercial ou industrial na venda a prazo de seus produtos ou por banco comercial, por exemplo, na concessão de empréstimo, financiamento ou fiança.

No processo de intermediação financeira, o crédito assume papel fundamental para as instituições que atuam na sua concessão, de modo que o capital disponibilizado a seus clientes através de operações de crédito é uma forma de prestação de serviço, sendo remunerado através dos juros pagos pelo tomador. Para os bancos que são intervenientes no processo de intermediação de financeira o significado de crédito, segundo Silva (2000, p.63),

Em um banco, que tem a intermediação financeira com sua principal atividade, o crédito consiste em colocar á disposição do cliente (tomador de recursos) certo valor sob a forma de empréstimo ou financiamento, mediante uma promessa de pagamento numa data futura. Na verdade, o banco está comprando uma promessa de pagamento, pagando ao tomador (vendedor) um determinado valor para, no futuro, receber um valor maior.

È possível identificar que a relação entre as instituições financeiras e seus clientes tomadores de recursos está baseada na relação de confiança com perspectiva de retorno do capital no futuro acrescido de juros. De acordo com Ortolani (2000, p.35), “Para as instituições financeiras conceder crédito pode ser descrito como a disponibilização recursos ao tomador, seja ele pessoa física ou jurídica, na expectativa de reembolso dos recursos, acrescidos dos respectivos encargos”.

2.4.1 Políticas de Crédito

A política de crédito pode ser definida como um instrumento de gestão utilizado para determinar padrões de crédito. Conforme Silva (2000), a política de crédito possui caráter normativo e possui como objetivo principal o estabelecimento de orientações relacionadas às decisões de concessão de crédito e indica as diretrizes específicas a serem observadas na organização.

Na formulação da política de crédito, determinados fatores devem ser relevados e ponderados, Silva (2000, p.109) lista alguns aspectos relevantes a serem observados;

- As normas legais.
- A definição estratégica do banco.
- Os objetivos a serem alcançados.
- A forma de decisão e de delegação de poder.
- Os limites de crédito.
- A análise de crédito
- A composição e formalização de processos.
- A administração e controle de crédito.

Pela sua relevância a responsabilidade pela aprovação da política de crédito deve ser reservada aos níveis hierárquicos mais elevados dentro das organizações, ou seja, ao nível estratégico (SILVA, 2000).

Analisando os parâmetros indicados é possível identificar que as políticas de crédito são definidas pelo nível estratégico das instituições financeiras, observando a legislação e aderentes a sua estratégica corporativa podendo ser alterada de acordo com seu planejamento visando o atingimento dos objetivos organizacionais.

2.4.2. Sistema de Informações de Crédito (SCR)

O Sistema de Informações de Crédito é uma base de dados utilizada pelas instituições financeiras na análise e concessão de crédito aos seus clientes. Segundo Fernandes (2006), o sistema detalha as características das operações contratadas pelos tomadores de crédito no sistema financeiro e disponibiliza informações sobre a natureza e modalidade de crédito contratada, origem dos

recursos, classificação de risco, fluxo de vencimentos e dados específicos. Nos contratos com valor a partir R\$ 5 mil, também há indicação da procedência do fluxo de repasse interfinanceiros e as garantias vinculadas.

2.4.3 Operações de Crédito

As instituições financeiras possuem como característica fundamental atuar na intermediação de recursos entre os agentes econômicos, dentre suas suas atividades está a realização de operações de crédito junto aos seus clientes. De acordo com Fernandes (2006, p.275);

O crédito pode ser genericamente classificado em: (a) empréstimos, operações de crédito sem vínculo específico; (b) financiamentos, operações de crédito destinadas à aquisição, reforma ou constituição de bens ou serviços específicos; (c) desconto de recebíveis, operações de crédito concedidas a titulares de títulos descontados antecipadamente em IF.

Segundo Ortolani (2000), as operações do crédito caracterizam-se pelo compromisso assumido pelo devedor em razão da tomada de recursos com promessa de ressarcimento futuro. No processo de análise das operações, as instituições financeiras atuam de acordo com as normas e políticas de crédito definidas pelo nível estratégico da organização. A concessão de crédito envolve risco em relação ao descumprimento das obrigações assumidas pelo tomador, segundo o autor as operações de crédito podem ser classificadas nas seguintes modalidades:

I) Financiamentos: operação de crédito, na qual os recursos disponibilizados ao proponente são destinados a alguma finalidade específica, como exemplo a aquisição de um bem.

II) Empréstimos: operação de crédito, na qual os créditos são concedidos ao proponente sem que haja a necessidade de destinação específica para utilização dos recursos.

III) Adiantamento: realiza-se um adiantamento por conta de recebimentos futuros dos quais o proponente faça jus.

No processo de análise das operações de crédito, os bancos habitualmente solicitam ao cliente o preenchimento de proposta de abertura de crédito, indicando as condições do negócio proposto. Na concessão de financiamentos de médio e grande porte, há a exigência da apresentação de projeto de investimento com informações detalhadas sobre o empreendimento financiado, com intuito de proporcionar ao analista de crédito informações e previsões sobre o empreendimento a ser beneficiado, visando minimizar os riscos inerentes ao processo.

3. METODOLOGIA

A realização da pesquisa requer uma metodologia de estudo específica e alinhada com objetivo que se pretende cumprir. Conforme Mattar (1994), diferentes pesquisas requerem formas distintas de coleta e de análise de dados, de maneira a atender aos objetivos da pesquisa, tanto técnica como economicamente.

Assim sendo, para que os dados concretizados por uma pesquisa tenham validade é necessário que os mesmos tenham sido coletados e trabalhados de acordo com métodos científicos.

A pesquisa realizada é descritiva e consiste na obtenção de dados confiáveis sobre o mercado de crédito e o sistema financeiro para posterior análise dos mesmos sem a realização de qualquer alteração ou manipulação. Com relação à pesquisa descritiva, Beuren (2003, p.81) ressalta:

A pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles. Assim, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador.

. Quanto aos tipos, a pesquisa pode ser quantitativa e qualitativa, de acordo com Silva (2000, p.20):

A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e atribuição de significados são básicos no processo qualitativo. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

A pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (SILVA, p.20, 2000).

O método científico compreende a abordagem adotada, o local e o tipo de amostra, instrumento de pesquisa, coleta de dados, caracterização e experiência de pesquisa. Para Andrade (2005, p. 121) pesquisa é o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

O presente capítulo trata da apresentação e análise dos dados coletados com utilização de tabelas e figuras visando facilitar a compreensão do fenômeno em estudo. Inicialmente será abordada a evolução do crédito de maneira geral, com detalhamento e distinção de acordo com a carteira de crédito e respectiva modalidade de operação.

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DO VOLUME DE CRÉDITO POR PESSOA JURÍDICA E FÍSICA NO BRASIL – DEZ. 2010 A DEZ. 2013

Dezembro	Saldo (em R\$ milhões)			Participação Relativa	
Ano	Total	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Pessoa Física
2010	2.044.701	1.117.839	926.864	54,67%	45,33%
2011	2.279.950	1.247.500	1.032.450	54,72%	45,28%
2012	2.508.326	1.368.968	1.139.358	54,58%	45,42%
2013	2.715.151	1.464.070	1.251.081	53,92%	46,08%
Varição Acumulada	32,79%	30,97%	34,98%	-	-

FONTE: DIEESE (2014), adaptado pelo autor (2015).

Em dezembro de 2010, o saldo total de operações de crédito na economia brasileira foi de R\$ 2,044 trilhões, sendo R\$ 926 bilhões destinados às pessoas físicas (PF) e R\$ 1,117 trilhão direcionados para o mercado pessoa jurídica (PJ). Ao final de 2013, o volume global de crédito no Sistema Financeiro Nacional foi de R\$ 2,715 trilhões composto por R\$ 1,251 trilhão no segmento pessoa física e R\$ 1,464 trilhão no pessoa jurídica. Houve variação na participação relativa em relação ao volume total de crédito, atingindo 53,92% no segmento PJ e 46,08% no PF, no período de 2010 a 2013 o mercado PF apresentou maior variação acumulada com conseqüente crescimento na sua participação relativa (TABELA 1).

Em relação a dezembro de 2010, houve no sistema financeiro nacional crescimento real acumulado 32,79% no volume de crédito total, com destaque para carteira de crédito Pessoa Física que apresentou variação de 34,98%, o saldo de operações destinadas às empresas apresentou menor crescimento com evolução de 30,97%.

Apesar da evolução do mercado de crédito brasileiro no período, o ritmo de crescimento no ano de 2013 foi menor ao observado no ano anterior, o resultado do mercado de crédito foi impulsionado pelo crescimento na concessão de empréstimos

e financiamentos nas carteiras de financiamento imobiliário, rural e operações com recursos do BNDES. (DIEESE, 2014).

TABELA 2 – SALDO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM RELAÇÃO AO PIB POR PESSOA JURÍDICA E FÍSICA NO BRASIL – DEZ. 2008 A DEZ. 2013

Dezembro	Total PIB (%)	Pessoa Jurídica PIB (%)	Pessoa Física PIB (%)
Ano			
2008	40,7	23,0	17,6
2009	43,8	24,4	19,3
2010	45,4	24,8	20,5
2011	49,1	26,9	22,2
2012	53,8	29,4	24,4
2013	56,5	30,5	26

FONTE: DIEESE (2014), adaptado pelo autor (2015).

A razão crédito/PIB alcançou 56,5% em 2013, em relação a 2010 o coeficiente crédito PJ/PIB passou de 24,8% para 30,5% e o crédito PF/PIB de 20,59% para 26%. Essas considerações são reforçadas por estudo do DIEESE (2014), que relata que o mercado de crédito já vinha se expandindo firmemente desde 2004, embasado nas expectativas otimistas em relação à retomada do emprego e da renda, a regulamentação do crédito consignado com desconto em folha de pagamento e estímulos governamentais para realização de investimentos produtivos. Historicamente os bancos privados apresentam maior apetite na expansão do crédito, porém a partir de 2008 com início da crise financeira mundial os bancos privados restringiram a oferta de crédito que passou a ser sustentada pelos bancos públicos, principalmente Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, também como parte da estratégia formulada pelo governo federal para enfrentar e minimizar os efeitos da crise econômica internacional.

Os dados indicados na TABELA 2 demonstram que a taxa de crescimento do crédito destinado à pessoa jurídica expandiu em um ritmo menor àqueles direcionados às famílias e consumidores individuais (pessoas físicas).

O ano de 2012 também foi marcado pelo atingimento histórico da marca de 50% de crédito em relação ao PIB, no cenário internacional havia a preocupação em relação a formação de bolhas de crédito em países emergentes. Em dezembro de 2013 o estoque de crédito no Brasil atingiu o patamar de 56% do PIB, ante 45,4% ao final de 2010 (FIGURA 2).

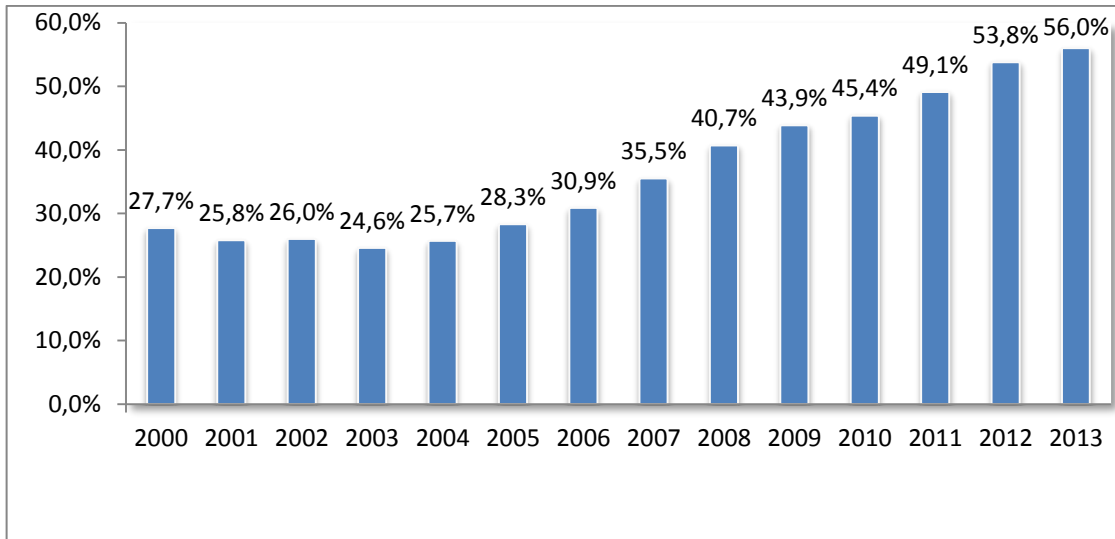


FIGURA 2 – ESTOQUE DE CRÉDITO NO BRASIL EM RELAÇÃO AO PIB.
 FONTE: DIEESE (2014), adaptado pelo autor (2015).

A partir de 2003 o estoque de crédito no Brasil apresentou crescimento em todos os períodos atingindo o patamar de 56% do Produto Interno Bruto ao final do ano de 2013. Neste sentido, estudo do Banco Central do Brasil (2014) indica que ao longo do ano de 2010, a combinação do crescimento da atividade doméstica com a liquidez abundante nos mercados internacionais contribuiu significativamente para expansão acelerada do crédito na economia brasileira.

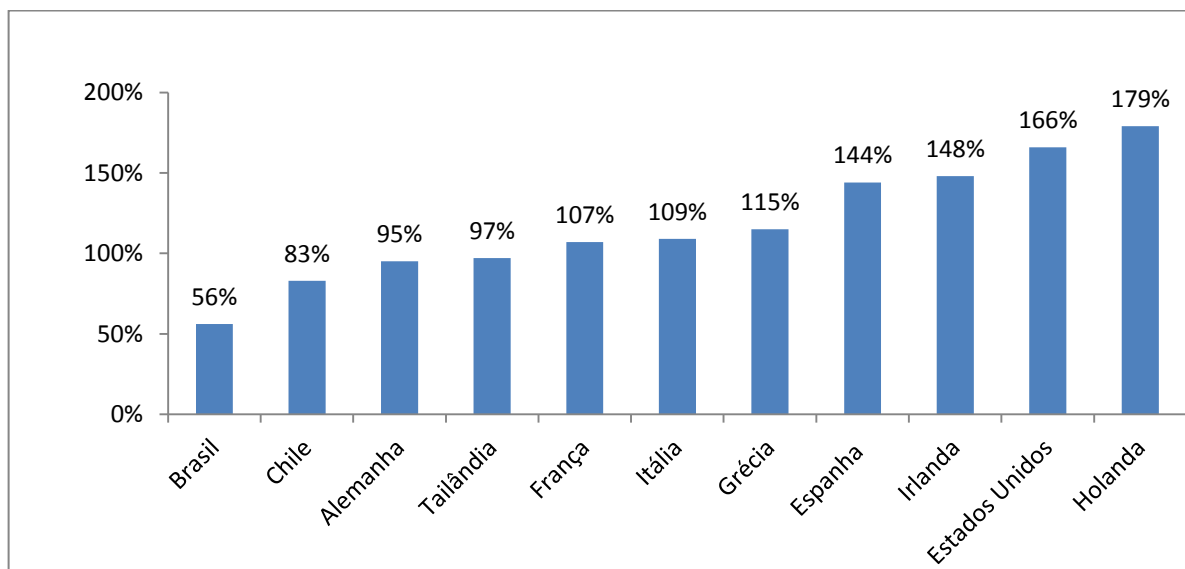


FIGURA 3 – RELAÇÃO CRÉDITO X PRODUTO INTERNO – DEZEMBRO DE 2013.
 FONTE: WORDPRESS (2015), adaptado pelo autor (2015).

Apesar da expansão da oferta de crédito o Brasil apresenta baixo volume de crédito em relação ao PIB em comparação a outros países, inclusive da América

Latina, ainda que exista no país um sistema financeiro considerado um dos mais sólidos, desenvolvidos e lucrativos do mundo (DIEESE, 2014).

A relação de crédito *versus* PIB em 2013 no Brasil foi de 56%, abaixo do coeficiente existente nos países desenvolvidos (Estados Unidos com 166% e Espanha com 144%) e mesmo comparada a economias com menor expressão no cenário internacional, como Tailândia com relação de 97% e Chile com 83%. (FIGURA 3).

TABELA 3 – SALDO DA CARTEIRA DE CRÉDITO EM RELAÇÃO AO PIB NO BRASIL – JAN. 2010 A DEZ. 2013

Mês/Ano	Saldo da carteira de crédito em relação ao PIB (%)	Mês/Ano	Saldo da carteira de crédito em relação ao PIB (%)
Jan./10	42,49	Jan./12	46,16
Fev./10	42,29	Fev./12	46,06
Mar./10	42,16	Mar./12	46,52
Abr./10	42,05	Abr./12	46,87
Mai./10	42,36	Mai./12	47,39
Jun./10	42,68	Jun./12	47,91
Jul./10	42,67	Jul./12	47,96
Ago./10	43,00	Ago./12	48,19
Set./10	43,28	Set./12	48,49
Out./10	43,58	Out./12	48,81
Nov./10	43,86	Nov./12	49,28
Dez./10	44,06	Dez./12	50,25
Jan./11	43,71	Jan./13	49,79
Fev./11	43,73	Fev./13	49,88
Mar./11	43,77	Mar./13	50,51
Abr./11	43,89	Abr./13	50,44
Mai./11	44,04	Mai./13	50,89
Jun./11	44,17	Jun./13	51,38
Jul./11	44,25	Jul./13	51,26
Ago./11	44,58	Ago./13	51,63
Set./11	45,23	Set./13	51,6
Out./11	45,24	Out./13	51,28
Nov./11	45,8	Nov./13	51,71
Dez./11	46,49	Dez./13	52,57

FONTE: BACEN (2014), adaptado pelo autor (2015).

O mercado de crédito no Brasil ainda permanece incipiente, os *spreads* bancários ainda são elevados, principalmente no mercado de pessoa física, enquanto o volume de crédito e operações contratadas ainda é baixo. (MORA, 2014).

TABELA 4 – SALDO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM RELAÇÃO AO PIB POR PESSOA JURÍDICA E FÍSICA – DEZ. 2008 A DEZ. 2013

Dezembro	Saldo (em R\$ milhões de dez. 2013)		Participação Relativa (em %)	
Ano	Recursos Livres	Recursos Direcionados	Recursos Livres	Recursos Direcionados
2008	1.101.340	526.175	68	32
2009	1.144.259	651.821	64	36
2010	1.262.885	781.817	62	38
2011	1.381.158	898.792	61	39
2012	1.481.832	1.026.494	59	41
2013	1.508.309	1.206.842	56	44
Variação Acumulada	70%	176%	-	-

FONTE: DIEESE (2014), adaptado pelo autor (2015).

O volume de empréstimos com recursos livres, ou seja, aqueles com livre direcionamento e aplicação a critério das instituições financeiras, atingiu R\$ 1,508 trilhão em dezembro de 2013, frente a R\$ 1,262 trilhão em dezembro de 2010 (TABELA 4).

Os créditos com recursos direcionados são aqueles na quais as Instituições financeiras devem, obrigatoriamente, aplicar em determinadas linhas em função de regulamentações ou leis, com taxas de juros subsidiadas tais como crédito rural, imobiliário e com recursos do BNDES (DIEESE, 2014).

As operações com recursos direcionados atingiram R\$ 1,207 trilhão, com crescimento na sua participação relativa de 38% em 2010 para 44% ao final de 2013. O volume destas operações apresentou expressiva variação acumulada de 176% em relação ao início do ano de 2008.

O crescimento da expansão do crédito direcionado está relacionado com a política governamental e atuação anticíclica dos bancos públicos diante da crise internacional com relevante apoio a setores específicos da economia, como agricultura (principalmente, via Banco do Brasil), indústria (principalmente, via BNDES) e habitacional (principalmente, via Caixa Econômica Federal). As operações de crédito com recursos direcionados apresentam algumas características comuns tais como: prazos de amortização maiores, juros subsidiados e vinculação de garantias para mitigação do risco (DIEESE, 2014).

TABELA 5 – CRÉDITO CONCEDIDO ÀS PESSOAS FÍSICAS NO BRASIL NO PERÍODO DE 2011 A 2013 (EM R\$ BILHOES)

Discriminação	2011	2012	2013	Variação %	
				2012	2013
Recursos Livres	628,4	692,6	745,2	10,2	7,6
Crédito pessoal	238,9	279,1	319,6	16,9	14,5
Aquisição de veículos	177,7	193,2	192,8	8,8	-0,2
Cartão de crédito	114	126,6	144,6	11,1	14,2
Cheque especial	17,6	18,3	20,2	4	10,6
Demais	80,2	75,4	68	-6,1	-9,8

Discriminação	2011	2012	2013	Variação %	
				2012	2013
Recursos Direcionados	292,7	383,2	506	30,9	32
BNDES	24,8	29,2	37,1	17,7	27,1
Imobiliário	189,4	255,4	341,5	34,8	33,7
Rural	72,6	90,7	115,3	24,9	27,1
Demais	5,9	7,9	12,1	33,9	53,2

FONTE: BACEN (2014), adaptado pelo autor (2015).

As operações com recursos livres no segmento PF totalizaram R\$ 745,2 bilhões ao final do ano de 2013, com crescimento de 7,6% em 2013 e 10,2% em 2012. A carteira de crédito pessoal foi a que apresentou maior crescimento entre as modalidades de operações com recursos livres, com expansão de 16,9% em 2012 e 14,5% no ano de 2013, atingindo o montante de R\$ 319,6 bilhões. (TABELA 5).

TABELA 6 – SALDO DAS OPERAÇÕES CRÉDITO DA ECONOMIA BRASILEIRA COM RECURSOS LIVRES – PESSOA FÍSICA – BRASIL – DEZ. 2010 A 2013 (EM MILHÕES DE REAIS)

Modalidade	Dezembro				Variação Acumulada
	2010	2011	2012	2013	
Cartão de crédito total	119.462	127.802	134.098	144.589	21,03%
Crédito pessoal consignado total	162.735	178.621	200.043	221.842	36,32%
Crédito pessoal não consignado – renegociação de dívidas	12.985	17.006	22.750	21.195	63,23%
Crédito pessoal não consignado	77.957	89.121	95.558	97.758	25,40%
Aquisição de veículos	167.542	199.156	204.636	192.793	15,07%
Cheque especial	19.414	19.721	19.369	20.217	4,14%
Desconto de cheques	1.713	1.676	1.772	1.562	- 8,81%
Aquisição de outros bens	12.373	10.565	11.068	11.373	- 8,08%
Arrendamento mercantil	68.284	39.186	18.972	7.906	- 88,42%
Outros créditos livres	20.356	21.518	25.281	25.905	27,26%
Total	662.821	704.372	733.547	745.140	12,42%

FONTE: DIEESE (2014), adaptado pelo autor (2015).

De acordo com relatório do Banco Central do Brasil (2014), em 2013, observou-se elevação nas taxas de juros no mercado de crédito, crescimento no

prazo das operações, redução consistente da inadimplência e redução dos *spreads* praticados pelos bancos. Os índices de inadimplência apresentaram níveis mínimos na série histórica iniciada no mês de março de 2011. As linhas para pessoas físicas concentraram-se em linhas com custos mais baixos e com prazos de amortização mais longos, características que contribuíram para redução do comprometimento da renda com dívidas bancárias.

O crédito livre para pessoas de pessoas físicas, podem ser relacionados nas seguintes modalidades: cheque especial; crédito pessoal; financiamento imobiliário; aquisição de bens – veículos automotores; aquisição de bens – outros bens; oriundas de cartão de crédito; e outras (BACEN, 2014).

TABELA 7 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%) DAS LINHAS DE CRÉDITO NO TOTAL DE EMPRÉSTIMOS COM RECURSOS LIVRES – PESSOA FÍSICA – BRASIL – DEZ. 2010 E DEZ. 2013

Modalidade	Dezembro		Variação (p.p)
	2010	2013	
Crédito pessoal consignado total	18,02%	29,77%	11,75%
Aquisição de veículos	25,28%	25,87%	0,60%
Cartão de crédito total	18,02%	19,40%	1,38%
Crédito pessoal não consignado	11,76%	13,12%	1,36%
Outros créditos livres	3,07%	3,48%	0,41%
Crédito pessoal não consignado – renegociação de dívidas	1,96%	2,84%	0,89%
Cheque especial	2,93%	2,71%	-0,22%
Aquisição de outros bens	1,87%	1,53%	-0,34%
Arrendamento mercantil	10,30%	1,06%	-9,24%
Desconto de cheques	0,26%	0,21%	-0,05%

FONTE: DIEESE (2014), adaptado pelo autor (2015).

No final de 2010, a modalidade de crédito para “aquisição de veículos” representava 25,28% do saldo total de empréstimos para pessoa física com recursos livres e apresentou variação de 0,6% pontos percentuais no período de dezembro de 2010 a dezembro de 2013. A modalidade de “crédito consignado” apresentou a maior variação no período com crescimento de 11,75%, tornando-se a principal linha com recursos livres para pessoas físicas, sua participação apresentou evolução de 18,02% para 29,77% em dezembro de 2013 (TABELA 7).

TABELA 8 – SALDO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONSIGNADO, TOTAL E POR SEGMENTOS – BRASIL – DEZ. 2010 A DEZ. 2013 (EM R\$ MILHÕES)

Dezembro	Trabalhadores do setor privado	Trabalhadores do setor público	Aposentados e pensionistas do INSS	Crédito pessoal consignado total
Ano				
2010	13.770,96	99.692,90	49.271,02	162.734,88
2011	14.992,64	111.362,52	52.266,30	178.621,46
2012	17.204,15	122.897,85	59.940,23	200.042,23
2013	17.941,00	137.157,00	66.743,00	221.841,00
Variação Acumulada	30,28%	37,58%	35,46%	36,32%

FONTE: DIEESE (2014), adaptado pelo autor (2015).

As operações de crédito consignado atingiram o montante de R\$ 221,8 bilhões em dezembro de 2013 e apresentou expressivo crescimento no período de estudado (TABELA 6). A linha possui como característica principal a retenção do valor da parcela realizado diretamente pelo empregador na folha de pagamento do funcionário/tomador pessoa física.

A linha de crédito consignado está prevista no ordenamento jurídico desde 1946, a Lei n.º 10.820, de 17 de dezembro de 2003 que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, regulamentou a concessão e extensão do crédito consignado a todos os assalariados do setor público e privado, bem como aos pensionistas e aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (DIEESE, 2014).

A regulamentação foi essencial para o desenvolvimento da modalidade que apresentou crescimento expressivo após o ano de 2003. Em dezembro de 2013, as operações contratadas junto aos trabalhadores do setor público atingiram o montante de R\$ 137,1 bilhões, aos aposentados e pensionistas do INSS de R\$ 66,7 bilhões e com menor participação e volume as operações contratadas junto aos funcionários do setor privado com R\$ 17,9 bilhões (TABELA 8).

A linha apresenta menor risco à instituição financeira, pois a cobrança é realizada substancialmente de forma automática e a responsabilidade pela consignação na folha de pagamento é do empregador ou do governo via Previdência Social, nos casos dos aposentados e pensionistas do INSS, tal característica possibilita o empréstimo até para clientes cujos nomes estão nos registros de inadimplência no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou no Serasa. Também é vantajoso para o tomador do crédito, pois os encargos são mais baixos que os praticados nas demais modalidades de empréstimo pessoal (DIEESE, 2014).

No período de 2010 a 2014, houve acirramento na concorrência entre as instituições financeiras na busca pela ampliação da oferta da linha crédito especialmente aos servidores público e beneficiários do INSS. A linha tornou-se uma alternativa aos clientes pessoa física para financiamento do seu consumo e aquisição de bens, quitação de dívidas e liquidação de operações com taxas mais elevada e alternativa para substituição do cartão de crédito.

TABELA 9 – PARTICIPAÇÃO NO CRÉDITO CONSIGNADO TOTAL, POR SEGMENTO – BRASIL – DEZ. 2010 A DEZ. 2013

Dezembro	Segmento			Total
Ano	Trabalhadores do setor privado	Trabalhadores do setor público	Aposentados e Pensionistas do INSS	
2010	8,50%	61,30%	30,30%	100,10%
2011	8,40%	62,30%	29,30%	100,00%
2012	8,60%	61,40%	30,00%	100,00%
2013	8,10%	61,80%	30,10%	100,00%

FONTE: DIEESE (2014), adaptado pelo autor (2015).

No período de 2010 a 2014, houve incremento das operações de crédito consignado ao segmento de trabalhadores do setor público e aposentados e pensionistas do INSS, juntas representam 91,9% de participação do saldo total de empréstimos consignados no sistema financeiro nacional (TABELA 9).

Os créditos com recursos direcionados são aqueles destinados a determinadas atividades ou setores da economia, com recursos e aplicações determinados em função de normativos ou leis (DIEESE, 2014). As operações com recursos direcionados, de maneira geral, são realizadas com taxas de juros inferiores àquelas praticadas no mercado financeiro, também possuem como característica fomentar atividades produtivas com retorno e impacto no longo prazo, porém com efeitos mais permanentes e sistêmicos na economia.

Uma das modalidades de crédito com recursos direcionados que mais se expandiu nos últimos anos, tornando-se um dos pilares do crescimento do crédito no país e responsável pelo desenvolvimento econômico, foi o crédito imobiliário (DIEESE, 2014).

Em decorrência da política adotada pelo governo brasileiro após crise econômica iniciada em 2008, as operações contratadas com crédito com recursos direcionados apresentaram expansão em seus principais segmentos, com destaque para a evolução do crédito rural e para a manutenção do ritmo de crescimento dos

financiamentos imobiliários e dos investimentos no setor produtivo com recursos oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BACEN, 2014).

A concessão de crédito imobiliário no Brasil tem mostrado forte evolução, porém o volume de financiamento habitacional precisa crescer para se aproximar de outros países com características semelhantes. Entre os fatores que interferiram no expressivo crescimento do crédito habitacional estão o aumento de renda das famílias, período de estabilidade econômica e maior atuação dos bancos privados e públicos principalmente da Caixa Econômica Federal que ocupa a liderança no segmento de crédito imobiliário. Os incentivos governamentais para aquisição da casa própria através do Programa Minha Casa Minha Vida também contribuíram para o crescimento do volume de crédito liberado. (DIEESE, 2014).

O crescimento significativo do crédito imobiliário contribuiu para a diminuição do déficit habitacional brasileiro. Ao final de 2013 o crédito imobiliário atingiu o patamar de 8,2% do crédito em relação ao PIB, frente a 4,1% em dezembro de 2010 (FIGURA 4).

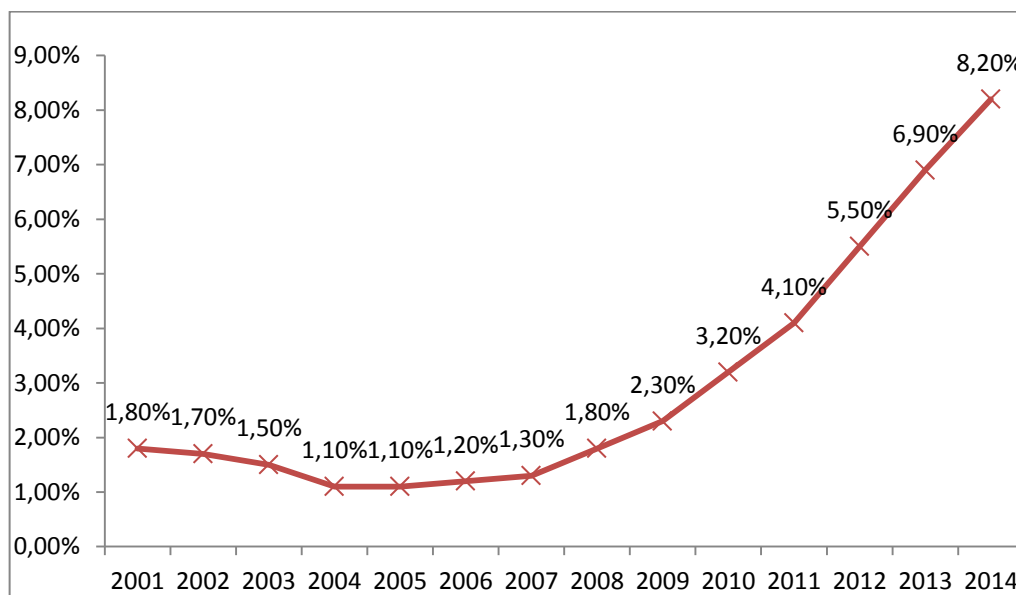


FIGURA 4 – EVOLUÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA DA RELAÇÃO CRÉDITO IMOBILIÁRIO X PIB – 2001 A 2014 (% DO PIB/ANO)

FONTE: WORDPRESS (2015), adaptado pelo autor (2015).

TABELA 10 – CRÉDITO AO SETOR IMOBILIÁRIO EM RELAÇÃO AO PIB – BRASIL – JAN. 2010 A JAN. 2013 E DEZ. 2013

Mês/Ano	Crédito Imobiliário/PIB (%)
Jan./10	3,19
Jan./11	4,14
Jan./12	5,16
Jan./13	6,84
Dez./13	8,22

FONTE: DIEESE (2014), adaptado pelo autor (2015).

As operações de pessoa física com recursos direcionados, que são empréstimos realizados com taxas ou recursos definidos por normas governamentais, totalizaram R\$ 506 bilhões em 2013 com expressivo crescimento das operações de financiamento imobiliário para pessoa física que apresentou crescimento de 34,8% em 2012 e 33,7% em 2013 atingindo o montante de R\$ 341,5 bilhões, também houve evolução no saldo contratado das operações destinadas ao crédito rural (TABELA 11).

TABELA 12 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO CRÉDITO IMOBILIÁRIO PESSOA FÍSICA E JURÍDICA EM RELAÇÃO AO CRÉDITO IMOBILIÁRIO TOTAL E DIRECIONADO TOTAL – BRASIL – JAN. 2010 A JAN. 2013 E DEZ. 2013

Mês/Ano	Em relação ao Imobiliário Total		Em relação ao total de crédito direcionado
	Imobiliário Pessoa Física	Imobiliário Pessoa Jurídica	Imobiliário Total
Jan./10	85,40%	14,60%	19,90%
Jan./11	85,40%	14,60%	23,90%
Jan./12	85,50%	14,50%	28,30%
Jan./13	85,80%	14,20%	31,10%
Dez./13	86,40%	13,60%	32,80%

FONTE: DIEESE (2014), adaptado pelo autor (2015).

Em janeiro de 2010, os empréstimos habitacionais representavam 19,9% do total dos recursos com destinação específica (recursos direcionados). Ao longo do período de 2010 a 2013, ocorreram elevações sucessivas nesse percentual, reflexo do crescimento do mercado da carteira destinada ao financiamento imobiliário (TABELA 11).

O crédito rural é destinado aos produtores, associações e cooperativas, e possui como principal objetivo fomentar a produção agrícola, os investimentos produtivos e a comercialização de produtos agropecuários.

TABELA 13 – EVOLUÇÃO DO TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL E FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO (EM R\$ MILHÕES)

Mês/Ano	Carteira Crédito Rural Total	Carteira Financiamento Imobiliário Total
Jan./10	61.580	89.174
Jun./10	61.559	105.731
Dez./10	64.705	131.310
Jun./11	68.641	156.187
Dez./11	76.154	189.392
Jun./12	81.901	220.305
Dez./12	94.455	255.367
Jan./13	94.081	261.344
Jun./13	105.174	298.397
Dez./13	119.138	337.225

FONTE: BACEN (2014), adaptado pelo autor (2015).

O produtor rural pode solicitar o empréstimo como pessoa física ou pessoa jurídica junto aos agentes financeiros (bancos ou em cooperativas de crédito) e também pode pleitear o financiamento por meio dos programas de concessão de crédito com recursos governamentais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) (DIEESE, 2014).

A carteira de crédito rural no sistema financeiro nacional atingiu o montante de R\$ 119,1 bilhões em dezembro de 2013, apresentando expressivo crescimento visto que em janeiro de 2010 o total de operações foi de R\$ 61,5 bilhões (TABELA 12), o crescimento do crédito rural foi estimulado pelo apoio e alocação de recursos pelo Governo Federal..

No período estudado, o crescimento no volume de crédito na economia brasileira foi sustentado principalmente pela atuação ativa dos bancos públicos. A participação relativa dos bancos públicos no volume global das operações no sistema financeiro – impulsionada pelo resultado das operações com recursos direcionados – atingiu 51,22% em dezembro de 2013, ante 41,69% ao final do ano de 2010. (FIGURA 5).

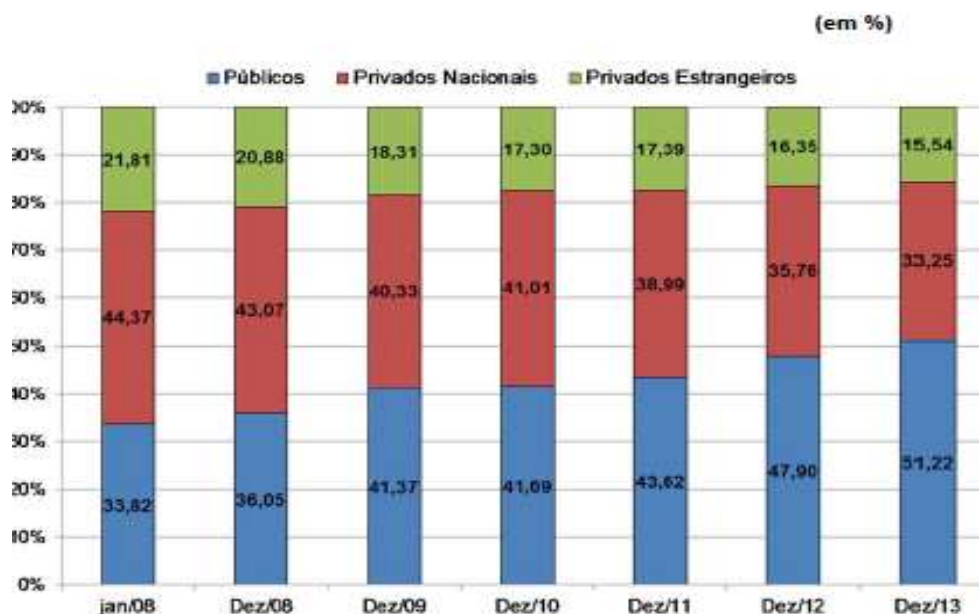


FIGURA 5 – COMPOSIÇÃO DO SALDO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR CONTROLE DE CAPITAL NO BRASIL – JANEIRO DE 2008 A DEZEMBRO DE 2013.
 FONTE: DIEESE (2014)

Os números apresentados pela carteira de crédito dos bancos estatais logo após o período da crise internacional de 2008 comprovam a sua importância para sustentar a oferta de crédito e o ciclo de expansão da atividade econômica no país, notadamente, nos períodos em que os bancos privados reduzem sua atuação no mercado devido à maior aversão ao risco e revisão da sua estratégia corporativa (DIEESE, 2014).

Os bancos privados nacionais e estrangeiros reduziram significativamente sua participação no mercado de crédito brasileiro, de 58,31% do saldo total de operações em dezembro de 2010 para 48,79% ao término de 2013 (FIGURA 5).

Esses resultados inverteram o cenário existente no período anterior a crise, quando os bancos privados atuaram de forma mais intensa que os bancos públicos. Em dezembro de 2013, o montante de operações de crédito nos bancos públicos foi de 28,9% do PIB, e nos bancos privados de 27,6%. Em abril de 2012, os bancos públicos também reduziram seus *spreads* visando expandir a oferta de crédito, fato que contribuiu para crescimento da sua participação no mercado (DIEESE, 2014).

5. CONCLUSÃO

O desenvolvimento econômico dos países está diretamente relacionado com a eficiência e maturidade do seu mercado de crédito, a expansão do volume de crédito disponibilizado na economia depende de uma série de fatores incluindo as políticas governamentais e o cenário macroeconômico. Historicamente o Brasil apresenta em comparação a países desenvolvidos e mesmo com seus pares na América Latina, baixo volume de empréstimos e financiamentos em relação ao seu Produto Interno.

Os bancos são instituições financeiras que possuem como característica fundamental atuar na intermediação financeira de recursos entre os agentes econômicos. No Brasil, o segmento bancário possui alta concentração das atividades em um pequeno grupo de instituições que apresentam elevados lucros mesmo em períodos de dificuldades macroeconômicas, notadamente em virtude do elevado *spread* praticado no país. No processo de concessão de crédito as instituições financeiras atuam de acordo com as diretrizes definidas na sua política de crédito e alinhadas com o cenário econômico. As políticas de crédito são periodicamente revisadas visando mitigar os riscos inerentes ao processo, buscando o atingimento dos seus objetivos organizacionais.

A estrutura do sistema financeiro nacional apresentou transformações desde a sua concepção em sintonia com o desenvolvimento econômico do país. Na sua atual configuração o Conselho Monetário Nacional é o principal órgão deliberativo. O sistema também é composto por órgãos normativos, entidades supervisoras, operadores e instituições auxiliares.

O ano de 2008 foi marcado pelo desequilíbrio e consolidação da crise econômica internacional, o governo brasileiro com objetivo de minimizar os efeitos da crise utilizou os maiores bancos públicos do país (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES) para atuarem fortemente na concessão de crédito, inclusive com recursos subsidiados, para estimular o desenvolvimento econômico do país. Neste período os bancos privados reduziram o nível de oferta de crédito e atuaram de forma mais seletiva e conservadora. Os bancos públicos federais também tiveram participação destacada em 2012, quando foram acionados pelo governo para reduzir o *spread* bancário com conseqüente redução nas taxas de

juros praticadas e ampliação na relação de crédito/PIB. Em dezembro de 2013, o saldo da carteira de crédito dos bancos públicos alcançou 28,9% do PIB e ultrapassou a dos bancos privados nacionais e estrangeiros que atingiu 27,6% do PIB.

No período compreendido entre 2010 e 2013, o volume de crédito total na economia brasileira evoluiu de R\$ 2,044 trilhões para R\$ 2,715 trilhões com variação acumulada de 32,79%. Houve elevação na participação relativa do crédito destinado à Pessoa Física de 45,33% para 46,08% do volume total de crédito do mercado. A carteira de crédito PF passou de R\$ 926 bilhões em 2010 para R\$ 1,251 trilhão em 2013

A carteira de crédito PF com recursos livres, ou seja, aqueles com livre direcionamento e aplicação a critério das instituições financeiras foi de R\$ 745,2 bilhões ao final de 2013, a modalidade de crédito consignado foi a que apresentou maior crescimento no período, a linha possui como característica principal a retenção do valor da parcela realizada diretamente pelo empregador na folha de pagamento do funcionário, minimizando, desta forma, o risco de inadimplência do tomador e tornou-se uma alternativa para financiamento do consumo e aquisição de bens, quitação de dívidas e liquidação de operações com taxas mais elevadas.

As operações com recursos direcionados, que oferece taxas de juros reguladas abaixo das praticadas com recursos livres, apresentaram considerável expansão no período de 2010 a 2013, tornando-se um dos pilares do crescimento do crédito e desenvolvimento da economia brasileira, destaque para as linhas de financiamento imobiliário que apresentaram saldo de R\$ 89,1 bilhões em janeiro 2010 e evolução para R\$ 337,2 bilhões em dez/2013. A participação do crédito ao setor imobiliário em relação do PIB evoluiu de 3,19% em janeiro de 2010 para 8,22% ao término de 2013, reflexo do aumento de renda das famílias, período de estabilidade econômica e maior atuação dos bancos no segmento, além do programa habitacional Minha Casa Minha Vida.

A indução governamental na oferta de crédito também refletiu no crescimento da carteira de crédito rural que atingiu o montante de R\$ 119,1 bilhões em dezembro de 2013, frente a R\$ 61,5 bilhões em janeiro de 2010. As operações de crédito rural são realizadas, em sua maioria, com recursos subsidiados pelo governo federal tendo o Banco do Brasil como seu principal agente financeiro.

A relação crédito *versus* PIB que era de 45,4% em 2010 alcançou 56,0% ao final de 2013, coeficiente baixo, por exemplo, em relação ao Chile com 63%, Alemanha 95% e Estados Unidos com 166%.

O crescimento do mercado de crédito no Brasil no período de 2010 a 2013 foi fortemente influenciado pelo cenário econômico e pelo apoio governamental com utilização dos bancos públicos federais como instrumentos para enfrentamento da crise econômica mundial.

6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL, **Relatório de Economia Bancária e Crédito 2013**. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?spread>> Acesso em 18 de Novembro de 2015.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BNDES, Micro, Pequenas e Médias Empresas. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br/clientes/porte/porte.asp>>. Acesso em 18 de Novembro de 2015.

CAMARGO, Patricia Olga. **A evolução recente do setor bancário no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 322 p.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS. **A evolução do crédito na economia brasileira 2008 – 2013**. São Paulo, 2014. 31 p.

FERNANDES, Antônio Alberto Grossi. **O Sistema financeiro nacional comentado: instituições supervisoras e operadoras do SFN & políticas econômicas, operações financeiras e administração de risco**. São Paulo: Saraiva, 2006. 406 p.

FILHO, João Sidney de Figueiredo. **Política Monetária, Cambial e Bancária no Brasil sob a gestão do Conselho da Sumoc, de 1945 a 1996**. Niterói: UFF, 2005. 201 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

FLESCH, Carolina Machado. **A Expansão da Carteira de Crédito para Clientes Pessoa Física do Banco do Brasil S.A.** Curitiba: UFPR, 2009, 92 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. 16. ed., rev. atual. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005. 812 p.

HILLBRECHT, Ronald. **Economia Monetária**. São Paulo: Atlas, 1999. 256 p.

LIMA, Iran Siqueira; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de; PIMENTEL, Renê Coppe. **Curso de mercado financeiro: tópicos especiais**. São Paulo: Atlas, 2006. 579 p.

MARINHO, Henrique. **Política monetária no Brasil: da teoria à prática**. 4. ed Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1996. 197 p.

MATTAR, Fause N. **Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Atlas, 1994.

MORA, Mônica. **A evolução do crédito entre 2003 e 2012**. Evolução recente das políticas monetária e cambial e do mercado de crédito no Brasil/José Ronaldo de Castro Souza Júnior, Organizador. – Rio de Janeiro: 2014. 374 p.

ORTOLANI, Edna Mendes. **Operações de crédito no mercado financeiro: modalidades, aspectos legais e negociais, matemática financeira aplicada, esquemas gráficos, riscos associados a produtos, operacionalização**. São Paulo: Atlas, 2000. 206 p.

SANTOS, José Evaristo dos. **Mercado financeiro brasileiro: instituições e instrumentos**. São Paulo: Atlas, 1999. 251 p.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis UFSC, 2000.

SILVA, José Pereira da.. **Gestão e análise de risco de crédito**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 399 p.

TEIXEIRA, Natermes Guimarães. **Origem do sistema multibancário brasileiro: das reformas dos anos 60 à crise dos anos 80**. São Paulo: UNICAMP, 2000. (Coleção teses).

WORDPRESS, **Brasil Fatos e Dados**. Disponível em <<https://brasilfatosedados.wordpress.com>>. Acesso em 26 de Novembro de 2015.